

# Movimentos sociais, Ongs e Terceiro setor\*

*José Eustáquio Romão*

## Resumo

Este texto trata, sumariamente, tal como deve ser uma introdução, dos conceitos e das modificações que sofreram ao longo das décadas, os movimentos sociais. Trata, também, das organizações não governamentais (ONGs) e do terceiro setor, como uma espécie de integração dos dois anteriores – todos considerados como novos atores no cenário dos protagonismos histórico-sociais e políticos.

**Palavras-chave:** Movimento social; ONGs; Terceiro setor.

## Social movements, NGOs and third sector

### Abstract

This text deals summarily – as an introduction should do – with concepts about social movements and the modifications they suffered through several decades. It deals also with Non-Governmental Organizations (NGOs) and those linked to the third sector, as a kind of integration of the two preceding ones, all of them considered as new actors in the scenario of the social, historic and political leading forces.

**Keywords:** Social movement; NGOs; Third sector.

---

\* Texto apresentado em Barcelona, no Seminário Internacional sobre Educação Ibero-americana, organizado pela Universidade de Barcelona e pela Rede Ibero-americana de Investigação em Políticas Educacionais.

# Movimientos sociales, ONGs y tercero sector

## Resumen

Este texto trata, sumariamente, así como debe ser una introducción, de los conceptos y de las modificaciones que sufrieron con el paso de las décadas los movimientos sociales. Trata también de las organizaciones no gubernamentales (ONGs) y del Tercero Sector, como una especie de integración de los dos primeros, todos considerados como nuevos actores en el escenario de los protagonismos histórico-sociales y políticos.

**Palabras-clave:** Movimiento social; ONGs; Tercero sector.

## Introdução

Este texto me foi encomendado pelo coordenador da Rede Ibero-Americana de Investigação de Políticas Educativas (RIAIPE), como uma espécie de introdução à discussão que se travou, e se trava, na rede, sobre indicadores educacionais formulados, especialmente, pelas agências multilaterais e pelos sistemas nacionais de educação. Na busca da resistência às concepções hegemônicas, a rede iniciou uma discussão sobre a possibilidade e o sentido de construção de indicadores contra-hegemônicos, ou até mesmo se justifica-se falar em “indicadores”, no caso das concepções contra-hegemônicas.

Ele se justifica em um dossiê da rede cuja maioria dos artigos trata da educação superior, uma vez que a discussão sobre indicadores se trava, mormente, nas pesquisas que vêm investigando a educação neste grau.

Os temas dos movimentos sociais (MS), das organizações não-governamentais (ONGs) e do Terceiro Setor (TS), de certa maneira, se entrelaçam sem se confundir. É o que se pretende demonstrar neste estudo introdutório sobre os três temas.

Neste trabalho se analisa, de modo introdutório, os movimentos sociais e, de modo bastante sumário, as ONGs e o Terceiro Setor, como sucedâneos necessários da sobrevivência dos primeiros.

Antes, porém, de abordá-los, convém lembrar que a controvérsia é própria das abordagens de objetos que são contemporâneos às pessoas que sobre eles refletem e escrevem. Os fenômenos contemporâneos são mais suscetíveis de polêmicas, porque as pessoas que os abordam carecem de um mínimo de distanciamento, que permita uma melhor objetivação, e acabam elaborando concepções com forte carga emocional, especialmente se são por eles impactados positiva ou negativamente. Sem qualquer veleidade positivista, certa distância, no tempo, potencializa uma relativa objetividade, necessária à elaboração de *constructos*, de teorias, ao invés de simples *doxa*. Um relativo distanciamento também no que diz respeito às reflexões que foram elaboradas “em cima dos fatos” dos movimentos sociais, permite enxergá-las mais cientificamente, ou seja, possibilita compreendê-las em suas determinações histórico-sociais. Há que se enxergar a mata e as árvores, nas suas dialéticas inter-relações fenomênicas e estruturais<sup>1</sup>, bem como as análises que sobre elas foram feitas, em seus contextos específicos.

## Movimentos Sociais

A expressão “movimentos sociais” tem sido usada em dois sentidos: amplo e estrito. No sentido amplo, eles se confundem com toda e qualquer ação coletiva; no estrito, eles se referem às mobilizações reivindicativas da sociedade civil contemporânea. No primeiro, alguns autores, como Ilse Scherer-Warren (1993), consideram que movimento social é toda e qualquer mobilização de massas humanas que reivindicam algo do Estado e/ou de determinados segmentos da própria sociedade civil. Neste caso, chega a incluir no seu universo até mesmo o movimento operário. Neste texto, o sentido conferido à expressão “movimentos

---

<sup>1</sup> Uso, aqui, o termo “estrutural”, no sentido de que a gnose necessita deter o fluxo processual da realidade para compreendê-la e, por isso, constrói estruturas estáticas explicativas que, na verdade, podem captar apenas instantâneos dessa realidade em permanente fluxo mutante. Se na realidade concreta não existem estruturas, mas processos de estruturação, a teoria, pelo contrário, constrói estruturas gnosiológicas e epistemológicas, por mais dialéticas que sejam.

sociais” é estrito, ou seja, seu objeto são os movimentos mais recentes da sociedade civil, organizada ou não, que emergiram, inicialmente, nos meios urbanos, na segunda metade do século XX, reivindicando habitação, transporte coletivo, educação, emprego, em suma, reivindicando inclusão no modo de produção capitalista, no usufruto das políticas públicas (estatais) e, mais raramente, no processo de tomada de decisões.

A constituição do campo temático dos movimentos sociais nas ciências histórico-sociais<sup>2</sup> data de meados da década de 70 do século XX. Nessa época, como muito bem observou Eder Sader (1988), as matrizes teóricas que vinham atendendo satisfatoriamente, até então, às necessidades de análise dos fenômenos da sociedade industrial, passaram a não mais dar conta do que estava acontecendo, especialmente no que diz respeito às tensões do tecido social e à emergência de novos sujeitos no campo das lutas sociais. Foi então que se constatou que as velhas formas institucionais tradicionais de representação social (partidos e sindicatos) vinham se desgastando e sendo substituídas por novos protagonistas e que as matrizes analíticas não mais davam conta da explicação do que estava se passando no processo histórico-social.

A reação inicial foi a típica de momentos em que a empiria escapa às teorias disponíveis: orfandade gnosiológica e epistemológica e tentação da nostalgia teórica, isto é, dificuldades explicativas sob o enfoque da “ciência normal”, para usar a expressão de Kuhn (1995)<sup>3</sup>, e a insistência na utilização anacrônica das categorias e instrumentos de análise dessas matrizes. Para citar um exemplo, mesmo reconhecendo a crise gnosiológica de determinada matriz marxista, seus seguidores, embora não escondendo uma relativa orfandade teórico-metodológica, buscavam

---

<sup>2</sup> Chamaremos de ciências histórico-sociais as que têm por objeto todos os fenômenos dos processos histórico-sociais, ou seja, aqueles que se referem às relações dos seres humanos entre si.

<sup>3</sup> Thomas S. Kuhn, em *A Estrutura das revoluções científicas*, define “ciência normal” como os fundamentos, as metodologias e os procedimentos aceitos como os mais eficientes para o desvendamento científico das questões e os problemas, não sem uma relativa “tentativa de forçar a natureza a encaixar-se dentro dos limites pré-estabelecidos e relativamente inflexíveis fornecidos pelo paradigma” (KUHN, 1995, p. 45).

explicar os movimentos sociais como uma nova configuração da organização dos trabalhadores na luta contra o capital.

A partir da década de 70 do século passado, os movimentos sociais desafiam os poderes constituídos e as teorias em voga. Emergindo como “novos personagens”<sup>4</sup> da história, pegaram as organizações estatais, as lideranças partidário-sindicais e as elites socioeconômicas de surpresa, assim como explicitaram o despreparo dos meios científico-acadêmicos para a abordagem e compreensão do fenômeno, aparentemente inédito no processo histórico-social mundial, latino-americano e brasileiro.

No universo dos “novos movimentos sociais” – assim passaram a ser denominados, por oposição aos “antigos”, representados pelo movimento operário, por exemplo – os movimentos sociais urbanos (MSU) foram os primeiros a se constituir como tema de uma sociologia europeia, mais especificamente franco-espanhola, que teve em Manuel Castells (1986, 1987, 1988) seu mais eminente teórico<sup>5</sup>.

Logo se multiplicaram os estudiosos do fenômeno e surgiram tantas e tão variadas interpretações que as polêmicas se multiplicaram e se radicalizaram. Nascimento (1988) não hesita em atribuir a inexistência de consenso, gerando toda sorte de imprecisões conceituais, na América Latina e no Brasil, a dois fatores de naturezas diferentes. O primeiro, de caráter político, seria o fracasso das revoluções abortadas da América Latina<sup>6</sup>, que acabaram por contrariar a corrente marxista, que via na luta de classes o motor da história, evidentemente com a vitória do proletariado. O segundo fator seria a crise dessa mesma corrente da matriz marxista (Leninismo), que acabou cedendo lugar a outra corrente da mesma matriz: a desenvolvida por Antonio Gramsci, especialmente por causa de sua valorização

---

4 Eder Sader usou esta expressão no título da obra que, primeiramente, sistematizou as reflexões antes esparsas sobre o que Marilena Chauí, ao prefaciá-la, considerou como “um novo sujeito social e histórico” (SADER, 1998, p. 10)

5 Dentre os brasileiros, merecem destaque José Álvaro Moisés, com seus estudos empírico-analíticos sobre os movimentos sociais urbanos (MSU), especialmente com sua tese de doutorado, “Classes Populares e Protesto Urbano”, defendida na Universidade de São Paulo, em 1978 (fotocópia).

6 Ver BORDA (s/d).

da sociedade civil como “Estado ampliado”. Com o modismo gramsciano entre nós, “a sociedade civil passa a ser o espaço privilegiado de observação e interesse, surge, aos nossos olhos, repleta de potencialidades, rica de nuances” (NASCIMENTO, 1998, p. 32).

Enquanto a controvérsia grassava nas teorizações, o fenômeno minava as formas institucionais clássicas de representação social (partidos e sindicatos) e suas lideranças se davam conta da própria fragilização e da perda de legitimidade de sua representação, desautorizadas que eram pelos novos sujeitos sociais, desconfiados “com relação às instituições políticas e com os sistemas políticos de mediações” (CHAUÍ, 1988, p. 12).

Recentes na história brasileira e mais recentes ainda como campo temático, os movimentos sociais, no Brasil, como no resto do subcontinente e no mundo, longe do questionamento teórico ao avanço do Capitalismo, buscavam, na prática, o acesso aos bens e serviços coletivos e à participação nos processos decisórios, enfim, a negação da exclusão sob todas as suas formas, a busca da universalização da cidadania burguesa.

Mesmo que não explicitassem ruptura mais profunda com o Capitalismo, a realização concreta dos objetivos desses movimentos ameaçaria (e ameaça) a espinha dorsal deste Modo de Produção, na medida em que implicaria (e implica) a socialização de bens, de serviços e até mesmo, embora mais raros, de processos de tomada de decisões, o que é diametralmente oposto a um sistema que se prima pelo compromisso com a concentração da riqueza, com a desigualdade na distribuição de bens e serviços e com a elitização do processo decisório.

Se o significado objetivo dos fatos nem sempre corresponde à intenção subjetiva dos agentes, no caso específico dos movimentos sociais, a não-explicitação de sua ruptura com o Capitalismo não autoriza a conclusão que fossem (e sejam) novos movimentos do próprio Capitalismo, uma espécie de mobilização “reformista popular neoliberal”. O alerta se justifica, porque, apesar da imprecisão conceptual e terminológica que caracteriza a abordagem dos movimentos sociais, seja por seu aparecimento recente, seja pela polissemia própria de teorias muito próximas

da militância, analistas que os estudaram sugerem, às vezes, que eles manifestam uma espécie de “ingenuidade política cooptada”. Nesta interpretação, os movimentos sociais não seriam portadores de “ideologias de ruptura”, que caracterizam não os movimentos sociais, mas os movimentos históricos, ou políticos (WIEVIORKA, 2006, p. 21).

Mais que uma contestação ao sistema capitalista existia por trás de suas manifestações concretas, extremamente diversificadas, o repúdio à exclusão daquele mesmo sistema, e donde, o desejo de ingresso, reformando-o. Não se tratava de acabar com o capitalismo, mas antes de nele ingressar ampliando-o (NASCIMENTO, 1988, p. 33).

Como “ampliar” (e aprofundar) o Capitalismo senão pela expansão da exclusão? Ora, o movimento contrário de inclusão ampliada fragiliza, objetivamente, este modo de produção.

Pode-se dizer que, no século XIX, com a ascensão e expansão da acumulação capitalista, a reação se deu com o movimento operário, com vistas à ampliação do salário direto. Os movimentos sociais do século seguinte voltaram-se muito mais para a defesa do salário indireto, isto é, dos bens e serviços geralmente administrados pelo Estado, cujo provimento compensa aquilo que o salário direto não pode comprar. Por isso, como as carências relativas a esses bens e serviços atingem, indiscriminadamente, outras camadas sociais, inclusive as médias, especialmente nos contextos de recessão e crise, a mobilização e o recrutamento para esses movimentos acabam por tomar um caráter policlassista – desafiando, aparentemente, as teorias marxistas da luta de classes.

Muitos autores têm se precipitado em concluir sobre a obsolescência das teorias marxistas, exatamente porque esses “novos sujeitos” configurariam entes histórico-sociais inéditos, não inscritos na configuração classista, caindo por terra a luta de classes, a potencialidade revolucionária do proletariado e a sociedade socialista/comunista vislumbradas por essa matriz teórica.

Antes de contestarmos este tipo de conclusão, devemos avançar na tentativa de uma melhor caracterização dos movi-

mentos sociais, de modo a construir, nem que seja apenas por aproximação, sua tipologia. A maioria deles, ao se voltar para demandas de bens e serviços públicos, acabou por ver no Estado e nos seus aparelhos o seu grande adversário. Daí pode-se deduzir, teoricamente, uma série de implicações que acabaram por se comprovar na verificação empírica.

Primeiramente, diante das reações do Estado, a desmobilização e a ineficácia política foram predominantes. O caráter pontual e reivindicativo dos movimentos, ou era respondido com o atendimento das demandas, ou com a manipulação, ou ainda, em casos extremos, com a repressão. No primeiro caso, como a solidariedade, a coesão, a mobilização e o ímpeto da ação se construía diretamente proporcionais aos graus de carência, o atendimento funcionava como um freio, como um arrefecimento do ânimo solidário e motor. No segundo caso, mormente com o envolvimento e cooptação das principais lideranças dos movimentos, quer pelos aparatos estatais, quer pelos canais institucionais e tradicionais de representação social, os movimentos se absorvem em outras entidades e perdem suas identidades específicas. Finalmente, no caso de movimentos mais radicais – mais expressivos em termos de denúncia do que de anúncio de um novo projeto social –, não foi difícil ao Estado justificar a repressão, inclusive aos representantes das oposições institucionalizadas. Por exemplo, as explosões de “quebra-quebra” de veículos de transporte coletivo e de invasões de supermercados são geralmente “lidas” como atos de vandalismo, de perturbação da ordem pública e de ameaça à legalidade (propriedade). Sua repressão imediata é aplaudida pela sociedade, geralmente condescendente com a interpretação oficial – “infiltração de desordeiros com outros objetivos” – e benevolente com a penúria das massas, que “têm alguma razão e estão se deixando, ingenuamente, se levar, por uma forma de ação que não é a mais correta e adequada”.

Ao ganharem maior visibilidade, certamente por causa do aprofundamento da dominação e exploração capitalista, na segunda metade do século XX, é que os movimentos sociais passaram a constituir um campo temático. Antes disso, quando

a expressão era usada, não parecia ter maiores pretensões de rigor científico, exatamente porque não se percebia sua importância política.

Há uma variada gama de interpretações dos movimentos sociais. Entendemos que, no caso das mobilizações populares reivindicatórias, é um fenômeno do Capitalismo Desenvolvido, no qual o capital repassa ao Estado o ônus crescente do salário indireto, traduzido em bens e serviços necessários à reprodução da mão de obra. Assim, com a concentração de renda possibilitada pela nova acumulação capitalista, o salário direto compra, cada vez menos, os bens e serviços de consumo coletivo – saúde, educação, saneamento, transporte, lazer etc. – necessários à reprodução do trabalho. Como o salário indireto está nas mãos do Estado, há uma transferência de obrigações e do campo de conflito. E, embora o Estado seja a organização da acumulação e de sua reprodução, ele também é a arena dos embates políticos. Ora, se os conflitos de interesses econômico-sociais são transferidos para a arena do Estado, corre-se o risco de sua maior politização, porque, se anteriormente “despolitizados” no interior das relações capital/trabalho, pelas já conhecidas manobras da individualização contratual, no campo estatal não há como manter a despolitização (partidarização) das posições entrincheiradas.

No caso brasileiro, a estrutura do Estado, com suas instâncias de governo, a maior parte do conflito é “repassada” à instância local, que não têm poderes para intervenções na estrutura da acumulação.

Basta apenas um exemplo para melhor ilustrar esta afirmação: Os governos municipais brasileiros não têm qualquer ingerência na definição dos componentes de custo do transporte (preço de veículos, combustível, peças de reposição, política salarial etc.). No entanto, as tarifas do transporte coletivo são decretadas pela autoridade municipal. Ora, em um governo municipal sensibilizado com a questão da economia popular e com o oferecimento de um serviço de qualidade, a única atuação possível dos prefeitos, no sentido de amenizar o bolso do trabalhador sem inviabilizar o serviço, é auxiliar os concessionários na racionalização de seus custos e fiscalizar, com

rigor, o serviço prestado. Há um permanente conflito entre as administrações municipais, a população e os concessionários, no caso dos transportes coletivos. As pressões dos últimos sobre os governantes locais chegam ao limite da corrupção. Por seu lado, as administrações municipais se veem impotentes diante da sua não competência para interferir na composição da qualidade dos insumos e de seus respectivos custos, e estes repercutem, imediatamente, na composição das tarifas. Uma greve de motoristas, por exemplo, é imediatamente transformada em um conflito entre a população e o poder público, tanto pela momentânea paralisação dos transportes coletivos, quanto pela repercussão, na tarifa, do aumento salarial eventualmente concedido. Os concessionários gozam de relativo conforto ao repassarem o problema à administração municipal, pois, para eles, não há problemas em cederem aos grevistas, desde que o custo seja repassado, pelo prefeito, ao preço da passagem do usuário do transporte coletivo, que é a maioria da população.

Em suma, estruturalmente, a descentralização das políticas públicas significa a transferência da responsabilidade pelo “salário indireto” para as administrações locais, que não participam das decisões no campo das políticas estruturais. O risco da politização histórico-social dos conflitos – pela exportação das tensões reprodutivas do capital para o interior do Estado, via políticas sociais – é transferido para as instâncias locais, onde se pulveriza a percepção do todo, onde fica mais difícil a recuperação da categoria de totalidade. E, neste espaço de ocultação das pautas da exploração é que os movimentos sociais, as ONGs, o Terceiro Setor, enfim, podem exercer um papel importante, se perderem seu caráter “boy-scoutista” de defesa despolitizada dos direitos e interesses dos mais desvalidos.

Mas, retornemos aos movimentos sociais. Os primeiros analistas dos novos movimentos sociais perceberam imediatamente o caráter fragmentado, mas a diversidade deles foi imediatamente capitalizada como “identidade singular e não como sinal de uma carência” (SADER, 1988, p. 199). É claro que a dispersão derivava também das variadas carências (habitação, transporte, alimentação, escola, creche etc.), exacerbadas pela crise capitalista

dos anos 70 do século passado e pela reconfiguração do processo de acumulação capitalista.

Na década subsequente, os novos movimentos sociais entraram em crise e, no último decênio do século XX, emergiram com força, o que se poderia denominar de “novíssimos movimentos sociais”, como resposta à reconfiguração globalizada da acumulação capitalista.

Fora do quadro do Estado-Nação, os movimentos sociais ganham novíssima configuração, até porque, muitos deles, apresentam-se com uma cara esquerdista retocada, também por causa da *débâcle* do “socialismo real”.

Movimentos sociais de dimensões planetárias surgem no limiar do novo século, potencializando reivindicações que haviam emergido antes, mas que, somente com a tendência à formação de redes, puderam ganhar maior visibilidade, como é o caso do movimento das mulheres e dos movimentos negros e indígenas. Estas redes acabaram por dar o tom das lutas antiglobalização, quando o fenômeno da globalização ganhou avassaladora hegemonia. No entanto, vale lembrar que toda luta “anti” é reducionista e fragiliza quem a defende. Afinal, neste caso, a referência continua a ser a realidade contestada. Cabe aqui a observação de Wiewiorka (2006, p. 24):

Quando as identidades culturais não são concebidas como espaços de criatividade e de invenção, quando não se apresentam como tais e limitam-se a priorizar a herança do passado e a simples recusa da destruição, não são absolutamente capazes de projetar-se de maneira dinâmica e inventiva para o futuro, constituem uma força regressiva para o movimento ao qual se integram e torna-se difícil articular sua promoção às perspectivas democráticas.

Inspirado em Alain Touraine, Wiewiorka desenvolve, na mesma obra, o sugestivo conceito de “antimovimento social”, fenômeno típico do final do século XX e início do século XXI, constituindo uma espécie de figura invertida do movimento social e cujo melhor exemplo seria o terrorismo. Diz este sociólogo franco-polonês:

O movimento social quando existe, traz um princípio de conflitualidade que estrutura a vida coletiva; quando ele declina, este princípio desaparece e desenvolvem-se, em seu lugar, condutas de uma outra ordem, como a delinquência, a qual devem (sic) muito ao vazio que deixa atrás de si, mesmo se elas não falam mais como um movimento social e são o resultado da atividade de atores que não têm nada a ver com ele (WIEVIORKA, 2006, p. 110).

Wieviorka (2006) atribui à própria dinâmica dos movimentos sociais a possibilidade de sua transformação em antimovimentos sociais, o que me parece questionável, se atentarmos para o fato de que, primeiramente, este conceito é de alguém que está fora do próprio movimento e, em segundo lugar, parece ser a própria reconfiguração do processo de acumulação capitalista que engendrou seus monstros, que são o racismo, o terrorismo e a delinquência. Penso que não é possível, por exemplo, atribuir a globalização do narcotráfico e do crime à deturpação de movimentos sociais “autênticos”. Mas isso é outra discussão, que escapa aos limites deste trabalho.

## Organizações Não-Governamentais e Terceiro Setor

Para alimentar a continuidade da práxis de seus militantes, as lideranças dos movimentos sociais acabaram por construir um novo ente e formular, simultaneamente, concepções sobre ele, acabando por desembocar no que ficou conhecido como organizações não-governamentais (ONGs). Elas surgiram, com a mesma “mística” dos movimentos sociais, evitando a ingerência política de partidos e sindicatos e, ao mesmo tempo, proclamando sua autonomia em relação ao Estado, embora, na maioria das vezes, dele dependam financeiramente.

É claro que a emergência deste novo sujeito ou ator social se deu no fogo cruzado das concepções, agora mais consolidadas e densas, à direita e à esquerda do espectro politológico.

De um lado, os defensores das ONGs e do Terceiro Setor, como novos instrumentos da conquista da cidadania pelos discriminados e, no limite, ameaçados de exclusão. O “Terceiro Setor”,

por oposição ao “primeiro setor” (Estado) e ao “segundo setor” (mercado), é a solução para a luta organizada dos setores populares. É que a fragilidade de alguns movimentos e a efemeridade de seus resultados levaram seus próprios militantes a rever os processos de sua mobilização e estruturação, caminhando para organizações mais permanentes, que buscavam preservar aquela identidade diferenciada, aquela distinção em relação ao Estado e ao mercado. O principal fundamento da defesa das ONGs se estribava na ideia de meios privados com finalidades públicas. “Trabalho comunitário”, “redes de solidariedade”, “filantropia”, “voluntarismo” etc. são as expressões mais comuns presentes nessa concepção de ONG e Terceiro Setor.

De outro lado, ainda fortemente fundamentados na teoria marxista-leninista, os que consideram que as ONGs e o terceiro Setor são instrumentos do novo padrão capitalista e burguês de intervenção social, portanto, mecanismos da acumulação globalizada neoliberal. Montañó assim se exprimiu em sua tese de doutoramento, numa espécie de síntese do pensamento dessa corrente a respeito das ONGs e do Terceiro Setor:

A tese aqui defendida procura, portanto, explicitar o fenômeno real encoberto pelo conceito (ideológico e mistificado) de “terceiro setor”. Assim, numa perspectiva crítica e de totalidade, o que é chamado de “terceiro setor” refere-se na verdade a um fenômeno real inserido na e produto a reestruturação do capital, pautado nos (ou funcional aos) princípios neoliberais: um novo padrão (nova modalidade fundamentos e responsabilidades) para a função social de resposta às seqüelas da “questão social”, seguindo os valores da solidariedade voluntária e local, da auto-ajuda e da ajuda mútua (MONTAÑO, 2002, p. 22).

Em suma, as ONGs e o Terceiro Setor constituiriam a estratégia do projeto hegemônico neoliberal, na medida em que se configuram como mecanismos de facilitação da desresponsabilização pública pelas políticas sociais, garantindo a concepção liberal de Estado Mínimo. A questão social é, assim, privatizada e atendida por medidas paliativas, compensatórias,

focalizadas, camuflando a verdadeira desregulação das relações capital/trabalho. Portanto, a falácia de superar as deficiências da máquina governamental e de redução de custos não passaria de um motivo

[...] fundamentalmente político-ideológico: retirar e esvaziar a dimensão de direito universal do cidadão quanto a políticas sociais (estatais) de qualidade; criar uma cultura de autoculpa pelas mazelas que afetam a população, e de auto-ajuda e ajuda mútua para seu enfrentamento; desonerar o capital de tais responsabilidades, criando, por um lado, uma imagem de transferência de responsabilidades e, por outro, a partir da precarização e focalização (não-universalização) da ação social estatal e do “terceiro setor”, uma nova e abundante demanda lucrativa para o setor empresarial (MONTAÑO, 2002, p. 23).

Este autor põe a expressão “Terceiro Setor” sempre entre aspas, inclusive, porque o considera como primeiro setor.

Aqui cabe um comentário, no mínimo, curioso: os defensores desta última posição, acabam “desdiabolizando” o Estado Burguês, que tanto satanizaram em passado não muito distante. De qualquer forma, apresentam uma perspectiva analítica menos descritiva e menos autorreferenciada.

Em conclusão, parece-nos que o tema dos movimentos sociais, das ONGs e do Terceiro Setor merece estudos empíricos mais exaustivos e mais aprofundados, numa perspectiva dialética. Ou seja, cada movimento, cada organização, cada sujeito, cada ator seria levantado e identificado e explicado a partir dos nexos profundos com seus contextos específicos. Seria construído, portanto o estado da arte desses fenômenos, identificando seus perfis e características, a partir de suas determinações socio-históricas. O mesmo teria que ser feito em relação às diversas concepções que sobre eles foram formuladas, também numa perspectiva de sua contextualização.

## Referências

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL. **CADERNOS ABESS**: Educação Popular. São Paulo: Cortez, 1988. Ano IX, n. 2, out.
- BORDA, Fals. **As revoluções fracassadas na América Latina**. São Paulo: Global. [s/d].
- CALDART, Roseli Salet. **Pedagogia do movimento Sem Terra**: Escola é mais do que escola na... Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Educação em movimento**: Formação de educadoras e educadores no MST. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- CAMPOS, Rogério Cunha. **A luta dos trabalhadores pela escola**. São Paulo: Loyola, 1989.
- CARVALHO, Nanci Valadares de. **Autogestão**: o nascimento das ONGs. Tradução Luiz S. R. Malta e Mônica Ceolotto Galati, 2. ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- CASTELS, Manuel. **Capital multinacional, Estados nacionais, comunidades locais**. 2. ed. México: Siglo XXI, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Movimientos sociales urbanos**. 10. ed. México: Siglo Veintiuno, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Problemas de investigação em sociologia urbana**. 3. ed. Lisboa: Presença, 1984.
- \_\_\_\_\_. **La ciudad y las masas**: Sociología de los movimientos sociales urbanos. Madri: Alianza, 1986.
- CHAUÍ, Marilena. Prefácio. In: SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro Setor**: Um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos. São Paulo: Ed. SENAC, 2000.
- FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é política social**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- FERNANDES, Rubem Cesar. **Privado porém público**: O Terceiro Setor na América Latina. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais**: A construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 1992. (Col. Questões da Nossa Época, v. 5).

- \_\_\_\_\_. **Movimentos sociais e luta pela moradia.** São Paulo: Cortez, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Os Sem-Terra, ONGs e cidadania.** São Paulo: Cortez, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Teorias dos movimentos sociais:** Paradigmas clássicos e contemporâneos. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- HOUTART, François; POLET, François (Org.). **O outro Davos:** Mundialização de resistência e de lutas. Tradução Mariclara Oliveira, São Paulo: Cortez, 2002.
- IOSCHPE, Evelyn B. (Org.). **3º Setor:** Desenvolvimento social sustentado. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- ISUANI, Ernesto A.; LO VUOLO, Rubén M. FANFANI, Emilio Tenti. **El Estado Benefactor.** Buenos Aires: Miño y Dávila, 1991.
- JACOBI, Pedro. **Movimentos sociais e políticas públicas.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- KOWARICK, Lúcio (Org.). **As lutas sociais e a cidade:** São Paulo, passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- KRISCHKE, Paulo J. (Org.). **O contrato social ontem e hoje.** São Paulo: Cortez. 1993.
- KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas.** 3. ed. Tradução Beatriz Viana Boeira e Nelson Boeira, São Paulo: Perspectiva, 1995.
- LAURELL, Asa Cristina (Org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo.** São Paulo: Cortez, 1995.
- MARSHALL, T. S.. **Política social.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MOISÉS, José Álvaro et al. **Cidade, povo e poder.** 2. ed. Rio de Janeiro: CEDEC/ Paz e Terra, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Contradições urbanas e movimentos sociais.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; CEDEC, 1978.
- MONTAÑO, Carlos. **O Terceiro Setor e a questão social:** Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.
- NASCIMENTO, José Elimar do. **Movimentos sociais e educação popular.** In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL. **Cadernos Abess:** Educação Popular. São Paulo: Cortez, 1988. Ano IX, n.2, out., p. 29-43.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a Sociedade Civil:** Temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2004.\_
- ROCHE, Chris. **Avaliação de impacto dos trabalhos de ONGs:** Aprendendo a valorizar as mudanças. São Paulo: Cortez; ABONG, Oxford, Inglaterra, 2000.

ROSANVALLON, Pierre. **La nouvelle question sociale**. Paris, Seuil, 1995.

\_\_\_\_\_. **La crise de l'État-providence**. Paris: Seuil, 1981.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1993. (Col. Estudos Brasileiros).

\_\_\_\_\_; KRISCHKE, Paulo J. (Org.). **Uma revolução no cotidiano?: Os novos movimentos sociais na América do Sul**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SINGER, Paul; BRANT, Vinicius Caldeira. (Org.). **São Paulo: o povo em movimento**. Petrópolis, RJ: Vozes; São Paulo: CEBRAP, 1980.

SPINK, Mary J. Paris. (Org.). **A cidadania em construção**: Uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira et al.. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**: Uma questão de análise. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente**: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

VIOLA, E. J.; SCHERERWARREN, Ilse; KRISCKE, P. (Org.). **Crise política, movimentos sociais e cidadania**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1989.

WIEVIORKA, Michel. **Em que mundo viveremos?** Tradução Fábio Landa e Eva Landa, São Paulo: Perspectiva, 2006.

Endereço para correspondência:

Universidade Nove de Julho – UNINOVE

Programa de Pós-Graduação em Educação

E-mail: jer@terra.com.br - jer@uninove.br)